



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO E
EDUCAÇÃO ESCOLAR**

JOSÉ LEONARDO BARBOSA DE OLIVEIRA

**A MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA ROMPENDO AS BARREIRAS DA
PARALISIA CEREBRAL – UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE-PB
2017**

JOSÉ LEONARDO BARBOSA DE OLIVEIRA

**A MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA ROMPENDO AS BARREIRAS DA
PARALISIA CEREBRAL – UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho Acadêmico apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a conclusão do mesmo.

Orientadora: Prof^a. Ms. Rosemary Alves de Melo

**CAMPINA GRANDE-PB
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48m Oliveira, José Leonardo Barbosa de.
A manifestação artística rompendo as barreiras da paralisia cerebral [manuscrito] : um estudo de caso em uma escola municipal de Campina Grande-PB / José Leonardo Barbosa de Oliveira. - 2017.
46 p. : il. colorido.
Digitado.
Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação , 2019.
"Orientação : Prof. Me. Rosemary Alves de Melo , Departamento de Educação - CEDUC."
1. Teatro. 2. Educação especial. 3. Inclusão escolar. I.
Título

21. ed. CDD 371.9

JOSE LEONARDO BARBOSA DE OLIVEIRA

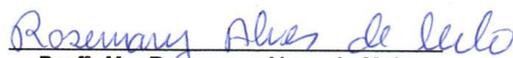
**A MANIFESTAÇÃO ARTÍSTICA ROMPENDO AS BARREIRAS DA PARALISIA
CEREBRAL – UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE
CAMPINA GRANDE-PB**

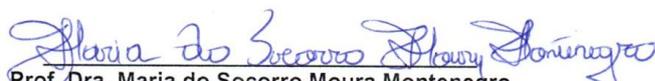
Trabalho Acadêmico apresentado ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a conclusão do mesmo.

Aprovada em 22 / 12 / 17.

Nota 9,5

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Ms. Rosemary Alves de Melo
Orientadora


Prof. Dra. Maria do Socorro Moura Montenegro


Prof.^a. Dra. Maria da Guia Rodrigues Razia

AGRADECIMENTOS

Em linhas gerais, entende-se como jornada todo o caminho percorrido ao longo de um dia, de uma semana, de um período, ou de toda a duração de um trabalho e/ou tarefa. Mas o que me chama a atenção é para o sentido de “jornada” como sendo uma grande expedição, que, num período não muito certo, em que são relevantes tanto as condições de tempo e de terreno, assim como qualquer agregado vindo pelas relações sociais. Tenho convicções que esse curso de especialização não significou apenas um acréscimo acadêmico em um Currículo Vitae, mas sobretudo representa uma expedição exploratória da vida.

Em vários dos recantos da Central de Aulas da UEPB, pude não apenas ter contatos com estudantes e/ou professores e funcionários, como também ter acesso aos mundos indescritíveis que acabavam por recodificar nossos próprios mundos. O que dizer de pessoas com Braúlio, que com singeleza e educação, nos inspirava a dar sempre o melhor de nós mesmos. E o que pensar de Débora, que tão receptiva nos desarmava com gestos e atitudes administrativas. Ah, o Sr. Aridelson, que por sua tão grande sede por saber acabava por nos influenciar a querermos mais e mais conhecimento. Tínhamos também Claudia, um exemplo de detalhista. Havia também a meiguice de Juliana Pereira e a bravura de Angélica Almeida, além da competência de toda a equipe docente e do corpo da coordenação, que nos assistiram com tamanha competência a ponto de concluirmos com satisfação todo o programa desse curso.

Foi uma turma verdadeiramente especial, em todos os seus sentidos. E a todos esses e outros mais que não pude citar, o meu muito obrigado pela importância de suas contribuições na minha vida acadêmica e social.

Mas não posso deixar de mencionar a minha amada esposa Luzia Débora, minha companheira que me serve de inspiração por tão somente, pelas vias do seu ofício, conviver tão de perto com inúmeras deficiências, e que pelo seu “sim”, não hesitou em conviver pelo resto de sua vida com uma pessoa fisicamente mais limitada do que a maioria. A você, Débora, meu muito obrigado.

A Deus, na pessoa gloriosa do Senhor Jesus Cristo, no qual me serviu de inspiração para que eu me tornasse penso e sensível, a fim de que o sentido da arte e do teatro pudessem ter relevante importância nas minhas operações mentais.

À minha orientadora, professora Ms. Rosemary Melo, pela sua intenção e interesse pelo meu tema e pelo meu trabalho e, sobretudo, pelas suas contribuições.

Ao professor colaborador deste trabalho, Dr. Eduardo Gomes Onofre, por aceitar com presteza o meu pedido de sua participação na banca.

À Prof^a. Dra. Guia Razia, por sua contribuição acadêmica no meu crescimento intelectual e também por participar da minha avaliação.

Ao corpo docente do curso de Pedagogia e os meus colegas da primeira e da segunda turma por contribuírem significativamente para minha formação.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar um caso exemplar de desenvolvimento de atividades artísticas, com a linguagem teatral, realizadas por pessoas com deficiência, em uma escola de Campina Grande-PB. O que se espera de tal trabalho é a ênfase sobre a potencialidade e a transformação que a atividade humana tem de produzir criações plásticas, num ambiente de formação e transmissão de cultura, através da educação escolar. Tem como enfoques principais debater particularidades do desenvolvimento humano pela perspectiva de Vygotsky, abordar ainda o corpo como objeto fenomenológico e fundamental para a educação e debater o teatro como instrumento para inclusão e avanço escolar. No tocante ao fenômeno do corpo (PONTY,1992), busca-se descrever, como tarefa singular, a significação corpórea da pessoa com deficiência, através da conotação e da representação teatral, na qual dois agentes são envolvidos: uma criança com deficiência mental grave, e outra com deficiência física e motora acentuada, provocada por uma paralisia mental. Busca-se ainda compreender que através dos avanços cognitivos, psicológicos e até corporais pode-se notar uma contribuição social e cultural provida da atuação artística das pessoas com deficiência, num pleno processo inclusivo, de forma que se possa mapear todas as características, relevantes ou não, na atuação dos artistas que se propuseram e se deixaram influenciar pelos efeitos da arte. O referencial teórico utilizado na pesquisa foi selecionado de acordo com os objetivos de cada um dos capítulos, embora todos eles tenham permeado o estudo de uma forma geral. As teorias abordadas estão ancoradas em autores como: (VUGOTSKY,1984); (PONTY,1994) e (LUIJPEN,1973). A metodologia escolhida para este trabalho, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com enfoque numa abordagem descritiva e analítica, para qual recorreremos a fontes bibliográficas e a pesquisa empírica. A abordagem qualitativa possibilitou interpretar os fatos que fazem parte da dinâmica do ambiente estudado, construindo um estudo de caso e traduzindo as percepções dos atores envolvidos no contexto educacional analisado. A arte se caracteriza como uma das mais abertas vias para a perspectiva da inclusão da pessoa com deficiência num processo de desenvolvimento da aprendizagem.

Palavras-chave: Inclusão. Teatro. Educação

ABSTRAT

The present work aims to investigate an exemplary case of the development of artistic activities, with theatrical language, performed by people with disabilities, in a school in Campina Grande-PB. What is expected of such work is the emphasis on the potentiality and the transformation that human activity has to produce plastic creations in an environment of formation and transmission of culture through school education. Its main focuses are to discuss the particularities of human development from Vygotsky's perspective, to address the body as a phenomenological and fundamental object for education and to discuss theater as an instrument for inclusion and school progress. With regard to the phenomenon of the body (PONTY, 1992), it seeks to describe, as a singular task, the bodily meaning of the person with disability, through the connotation and theatrical representation, in which two agents are involved: a child with severe mental deficiency, and another with severe physical and motor deficiency caused by mental paralysis. It is also understood that through cognitive, psychological and even corporal advances can notice a social and cultural contribution provided by the artistic performance of people with disabilities, in a full process inclusive, so that all the characteristics, relevant or not, can be mapped in the performance of the artists who have proposed and allowed themselves to be influenced by the effects of art. The theoretical reference used in the research was selected according to the objectives of each of the chapters, although all of them have permeated the study in a general way. The theories addressed are anchored in authors such as: (Vygotsky, 1984); (Ponty, 1994); (Luijpen, 1973), among others. The methodology chosen for this work is a qualitative research, with a focus on a descriptive and analytical approach, to which we resorted to bibliographic sources and empirical research. The qualitative approach made it possible to interpret the facts that are part of the dynamics of the studied environment, constructing a case study and translating the perceptions of the actors involved in the analyzed educational context. Art is characterized as one of the most open approaches to the inclusion of the disabled person in a process of learning development.

Keywords: Inclusion. Theater. Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – DESENVOLVIMENTO HUMANO NA PERPECTIVA VYGOTSKIANA	12
CAPÍTULO II – O CORPO COMO OBJETO FENOMENOLÓGICO.....	18
CAPÍTULO III –REFLETINDO A INCLUSÃO ATRAVÉS DA PERFORMANCE TEATRAL.....	25
CONCLUSÕES	32
REFERÊNCIAS.....	35
ANEXO	
ANEXO A –Fotos da apresentação cultural.....	37
ANEXO B –	42

INTRODUÇÃO

Hoje em dia, existe um destaque muito grande quanto ao assunto da inclusão social, e isso pode ser notado em praticamente em todos os âmbitos da sociedade, em que se fala a respeito do tema desde simples conversas no cotidiano dos grupos familiares até aos mais gabaritados centros de ensino; o que caracteriza, praticamente, o entorno de todas as classes sociais sobre esse assunto. Dessa forma, a escola, que por sua vez faz parte dos processos formativos das pessoas, não poderia ficar de fora da discussão sobre deficiência, inclusão e desenvolvimento da aprendizagem. Corriqueiramente, muitos são os temas vinculados às Pessoas com Deficiências¹ nos mais diversos tipos e meios de comunicação. Na verdade, o assunto da deficiência em consonância com o tema da inclusão e políticas públicas para incluir, tem se tornado bastante presente nas mais diversas instituições brasileiras.

Pode-se destacar o enfoque da mídia, bem como os debates/discussões promovidos pelas Instituições públicas e privadas acerca da Inclusão da pessoa com deficiência, deve-se pontuar também as políticas públicas implementadas como marcos normativos que, visando cumprir o deferido na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº. 9394/96, tem sido notório o afã na promoção de seminários acadêmicos, mudanças/reformas nas estruturas físicas e organizacionais das escolas, formação continuada da classe discente promovidas pelas Secretarias de Educação e dos Municípios, buscando discutir e encontrar caminhos pertinentes sobre as questões que norteiam a Inclusão da Pessoa com Deficiência na sociedade. Atualmente, tais conquistas representam frutos da luta de grupos de pessoas com deficiência como também de suas famílias que, no decorrer da história das sociedades, não puderam usufruir desde cedo, de tamanha abertura ao convívio social.

Neste sentido, este trabalho tem como enfoque primeiro, discutir o processo de desenvolvimento da aprendizagem numa perspectiva vygotskyana, que aborda o contexto, a experiência e a significação que cada criança pode dar mediante suas

¹ Utilizamos a nomenclatura P.P.D- Pessoas Portadoras de Deficiências, em função de a terminologia ser utilizada no Estatuto do Portador de Deficiência. No entanto, recentemente, em dezembro de 2006, em razão da pressão dos meios de comunicação e dos grupos organizados pró Inclusão foi votada e aprovada a Lei que implanta no Estatuto a terminologia - Pessoas com Deficiências, justificando assim, a modificação da nomenclatura na pesquisa a partir da escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso.

expressões carregadas de histórias, em que a teoria histórico-cultural do psiquismo, também conhecida como abordagem sócio-interacionista, tanto os fatores de ordem interna quanto os de ordem externa são considerados no processo de desenvolvimento da criança. Para Vygotsky estas relações entre sujeito e ambiente, é o que permite estruturar o funcionamento psicológico, em que há extrema importância ao papel das relações sociais para o desenvolvimento do psiquismo humano.

Depois, será abordada a relação entre aprendizagem e desenvolvimento sob a ótica docente, em que será apresentada a complexidade das relações de sociabilidade, visto que tais envolvem modos e níveis de socialização, a saber: espanto, conflito, cooperação e valoração. O espanto acontece porque o novo é inevitável na sociedade, é o estranho que se apresenta ao indivíduo; já o conflito existe porque sempre há tensão entre o velho e o novo; por isso é necessário a cooperação, porque coletivamente só se cria cooperando, para que então se dê valor aos sentidos criados e a valoração. Por isso, será também apresentada a visão de (CUNHA,1992) , que afirma que o processo de socialização está presente desde o nosso nascimento e que tem como principal função a inserção dos novos indivíduos nas chamadas redes de relações de sociabilidade. Em sequência, será abordada a fenomenologia do corpo (PONTY,1992), que busca descrever, como tarefa singular, a significação corpórea da pessoa, e neste caso, com deficiência, através da conotação e da representação teatral, na qual dois agentes, carregados de contextualização histórica e de significação, são envolvidos: uma criança com deficiência mental grave, e outra com deficiência física e motora acentuada por uma paralisia cerebral. Para Merleau-Ponty, trata-se de uma nova ontologia que parte da afirmação de que estamos no mundo e de que o mundo é mais velho do que nós (isto é, não esperou o sujeito do conhecimento para existir). Somos capazes de dar sentido ao mundo, conhecê-lo e transformá-lo, sendo uma consciência encarnada num corpo, habitado e animado por outra consciência.

A intenção de apresentar a noção de corpo na filosofia de Merleau-Ponty é na perspectiva de trabalhar a possibilidade de compreensão dos gestos e das palavras, constituindo o caráter corpóreo da significação, cuja apreensão está na reciprocidade de comportamentos vividos na dimensão social; para isso, Ponty, observa uma imanência do sentido na palavra, apontando que a compreensão da

linguagem remonta à análise de seu movimento expressivo originário: o gesto que propõe a tomada de mundo na articulação do ser social.

E por falar em “ser social”, será apresentada uma reconstituição histórica, que abordará, em linhas gerais, desde a antiguidade até os dias atuais, na perspectiva de observar que a arte é o resultado intelectual da história do homem e da mulher. Daí, serão apresentados (FUSARI, FERRAZ, 199), com a noção de que a arte é a representação do mundo cultural com significado. E também será apresentado (VAINFAS, 2002), com sua noção da “micro-histórica” fazendo parte das comunidades populares e em enredos periféricos.

Como parte não menos importante, o Capítulo III, trará uma reflexão sobre a inclusão a partir da experiência da peça teatral envolvendo os agentes em discussão, para fins de apresentar a condição do expressar-se como instrumento perpetuado da história, para a união do diferente com o idêntico notado. Porque a condição de expressar-se, desde os primórdios, sempre foi mais do que uma performance, pois faz parte do gênero humano a condição de se socializar com os seus idênticos, fazendo-se necessários para isso, a linguagem através das suas diversas formas. Assim, a humanidade sempre sentiu a necessidade de expressar seus sentimentos, suas ideias e suas visões de mundo. E nesse sentido, as diversas formas de manifestações se confundem, ao longo do tempo, com as diferentes formas de arte.

Então, far-se-á necessário apresentar um breve percurso histórico para que fique o mais claro possível que, a aprendizagem da pessoa com deficiência é processo de muitos e muitos tempos.

Com o objetivo de investigar os avanços cognitivos, através do incremento do teatro em dois alunos da Escola Municipal Ageu Genuíno, bairro da Ramadinha, na periferia do município de Campina Grande – PB, é que se procura reafirmar a importância do ser e do fazer artístico como instrumento para a inclusão escolar e o desenvolvimento cognitivo da pessoa com deficiência, através dos mediadores da educação.

Busca-se ainda compreender a contribuição social e cultural provida da atuação artística das pessoas com deficiência no desenvolvimento da sociedade inclusiva, mapeando todas as características, relevantes ou não, na atuação dos artistas que se propuseram e se deixaram influenciar pelos efeitos do teatro e da arte.

Na Grécia antiga (até 476 A.C) era prática comum, principalmente em Esparta, jogar do alto de rochedos toda e qualquer criança que tivesse qualquer deficiência, pois os esparciatas recebiam uma educação militar e aprendiam as artes da guerra e desporto, sendo mandados para o exercito aos sete anos de idade, efetivando-se assim uma estética e até uma moral do corpo. Nota-se que em Esparta a educação física era a base educacional e o padrão/modelo de cidadão exigido e tinha como motivo primeiro o corpo saudável e perfeito, em que não era aceitável pessoas com deficiência sendo vistas pela sociedade grega.

Nos primórdios do século VI, na parte oriental do Império Romano – Bizantino ou Bizâncio – o imperador Justiniano encomendou uma revisão das leis romanas a partir do Edito Perpétuo, promulgado por Adriano em 121, procurando conciliá-las com a doutrina cristã; até então, religião oficial do Império. Essas codificações ficaram conhecidas como código Justiniano. Assim como os gregos, os romanos consideravam os deficientes privados de toda possibilidade de desenvolvimento intelectual e moral. Em relação aos deficientes, o código promoveu inovações, quando começou a se fazer diferença entre os graus de surdez; contudo, o que nascia surdo não poderia ser educado, sendo comparado aos deficientes mentais, absolutamente incapazes para prática de atos da vida social.

Já na Idade Média, o corpo era associado à ideia de pecado. Neste período, os deficientes eram tidos como aberrações oriundas do castigo divino, sendo merecedores apenas de viver em lugares apropriados para eles, como asilos, conventos e albergues, a exemplo da temática abordada no filme “O corcunda de NotreDame”.

No alvorecer do século XVIII, novas ideias começaram a circular na Europa, quando do acender das primeiras luzes do Iluminismo. O conhecimento da natureza ganhou novos rumos, os métodos de pesquisa – observação e experimentação- das ciências modernas foram construídos ao longo desse período. Sendo assim, o corpo era considerado “razão e máquina”, as crenças religiosas deviam ser racionalizadas, tendo por base o pensamento Iluminista – liberdade, igualdade e fraternidade. Nesse novo contexto, a modernidade expressa seus ideais por meio de direitos e deveres dos cidadãos; contudo, as pessoas com deficiência permanecem na solitária, como pessoas incapazes de viver em sociedade, carentes de atenções, de escolas e instituições especiais.

No Brasil, inauguram-se em 1854 duas escolas residenciais para deficientes da audição e da visão, denominadas atualmente de Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional de Educação de Surdos.

A Era da Apatia (1900-1940) foi caracterizada por testes e outros instrumentos científicos de medidas para rotulações e classificação das pessoas com deficiência para determinar o grau da deficiência.

A Era da Simpatia em 1948, foi marcada pela divulgação da 1ª diretriz da nova visão, constando da Declaração Universal dos Direitos Humanos “Todo ser humano tem direito à educação”.

A Era dos Direitos e Aceitação (1958-1981) configura-se como marco inicial da Educação Especial no Brasil tendo seu espaço na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) A lei 4.024 de 1961, determinando que a educação das pessoas com deficiência deve ser incluída no Sistema Geral de Educação. Declarações e tratados mundiais passaram a defender a inclusão em larga escala. Em 1985, a Assembleia Geral das Nações Unidas lança o Programa de Ação Mundial para as pessoas deficientes que recomenda que ensino das pessoas com deficiência deve acontecer dentro do sistema escolar regular. No Brasil, a Constituição de 1988, garante no Artigo 208, inciso III: “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino”.

Em junho de 1994, dirigentes de mais de oitenta países se reúnem na Espanha e assinam a Declaração de Salamanca. Ela proclama as escolas regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combate à discriminação. A década de 90 é marcada por grandes avanços na área da Educação Especial, que passa a fazer parte integrante do sistema educativo e possui um regulamento próprio: a Política Nacional de Educação Especial, pautada no Plano Decenal de Educação para Todos.

A lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº. 9.394/96 se ajusta à legislação Federal e aponta que a educação dos portadores de necessidades especiais deve dar-se preferencialmente na rede regular de ensino, e ainda prevê, no seu Art.4, inciso 3, o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. A LDB representou um verdadeiro marco para a pessoa com deficiência, visto que, não apenas regulava a

inclusão dessas pessoas na escola, como também previa um desenvolvimento cognitivo e uma progressão curricular.

Com o objetivo de investigar os avanços cognitivos, através do incremento do teatro em dois alunos da Escola Municipal Ageu Genuíno, bairro da Ramadinha, na periferia do município de Campina Grande – PB, é que se procura reafirmar a importância *do ser e do fazer* artístico como instrumento para a inclusão escolar e o desenvolvimento cognitivo da pessoa com deficiência, através dos mediadores da educação.

Busca-se ainda compreender a contribuição social e cultural provida da atuação artística das pessoas com deficiência no desenvolvimento da sociedade inclusiva, mapeando todas as características, relevantes ou não, na atuação dos artistas que se propuseram e se deixaram influenciar pelos efeitos do teatro e da arte.

O referencial teórico utilizado na pesquisa foi selecionado de acordo com os objetivos de cada um dos capítulos, embora todos eles tenham permeado o estudo de uma forma geral. As teorias abordadas estão ancoradas em autores como: (Vygotsky,1984); (Ponty,1994); (Luijpen,1973) entre outros.

A metodologia escolhida para este trabalho, é em cima de uma pesquisa qualitativa, com enfoque numa abordagem descritiva e analítica, para qual foi necessário a utilização de fontes bibliográficas e à pesquisa empírica. A abordagem qualitativa possibilitou interpretar os fatos que fazem parte da dinâmica do ambiente estudado, traduzindo as percepções dos atores envolvidos no contexto analisado.

CAPÍTULO I

1. DESENVOLVIMENTO HUMANO NA PERSPECTIVA VYGOTSKIANA

Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934). Nasceu na Rússia, formou-se em direito, trabalhou como professor e pesquisador desenvolvendo pesquisas nas áreas de psicologia, pedagogia, filosofia, literatura e deficiência física e mental. Apesar de ter morrido muito cedo, aos trinta e sete anos, teve uma vasta produção científica.

Elaborou a teoria histórico-cultural do psiquismo, também conhecida como abordagem sócio-interacionista. De acordo com esta teoria tanto os fatores de ordem interna quanto fatores de ordem externa são considerados no processo de desenvolvimento da criança. Para Vygotsky estas relações entre sujeito e ambiente, é o que permite estruturar o funcionamento psicológico.

Vygotsky (1896-1934) atribui extrema importância ao papel das relações sociais para o desenvolvimento do psiquismo humano. Para o autor, “aquilo que é inato, não é suficiente para produzir o indivíduo humano, na ausência do ambiente social” (REGO, 1995, p.57). Assim, o modo de agir, pensar, sentir, enxergar o mundo, etc., depende da interação do sujeito com o ambiente físico e social. Para se constituir humano o indivíduo indiscutivelmente precisa estar integrado ao ambiente social e interagir com outras pessoas.

Apesar de Vygotsky dar uma enorme importância à dimensão social, não desconsidera de maneira alguma os fatores biológicos da espécie humana. O autor ressalta que, quando a criança nasce os fatores biológicos se configuram como um aspecto primordial. Mais tarde, as interações com os sujeitos e objetos da sua cultura torna-se um fator determinante do seu desenvolvimento. Conforme Vygotsky (1984 apud REGO, 1995, p.59)

No processo da constituição humana é possível distinguir “duas linhas qualitativamente diferentes de desenvolvimento, diferindo quanto à sua origem: de um lado, os processos elementares, que são de origem biológica; de outro, as funções psicológicas superiores, de origem sociocultural. A história do comportamento da criança nasce do entrelaçamento dessas duas linhas.

Em síntese, na perspectiva Vygotskiana é na interação com o outro, com adultos ou crianças mais velhas, com o meio social em que vive, que a criança consegue representar o mundo a sua volta, através da mediação do outro ela se

apropriada dos objetos culturalmente construídos e sua utilização na vida prática, através dessa mediação os processos psicológicos começam a se formar, e a medida que vão sendo internalizados esses processos começam a não mais depender da mediação de outras pessoas. “Desse modo, a atividade que antes precisou ser mediada (regulação interpsicológica ou atividade interpessoal) passa a constituir-se um processo voluntário e independente (regulação intrapsicológica ou atividade intrapessoal)” (REGO,1995, p.61).

1.1 Aprendizagem e desenvolvimento

Vygotsky ressalta que a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar. A aprendizagem da criança na escola tem uma pré-história, um conhecimento prévio, nunca parte do zero.

Por exemplo, a criança começa a estudar aritmética, mas já muito antes de ir à escola adquiriu determinada experiência referente à quantidade, encontrou já várias operações de divisão e adição, complexas e simples; portanto a criança teve uma pré-escola de aritmética, e o psicólogo que ignora este fato está cego. (VYGOTSKY,1984, p.33)

Como foi dito anteriormente a aprendizagem se produz antes da idade escolar. Muito antes de ir à escola a criança aprende a falar a língua do adulto, a fazer perguntas e obter respostas e, conseqüentemente, se apropria dos nomes dos objetos a sua volta se inserindo numa etapa específica de aprendizagem; no entanto, o aprendizado escolar introduz novos elementos no seu desenvolvimento. “Aprendizagem e desenvolvimento não entram em contato pela primeira vez na idade escolar, sendo assim, ligados entre si desde os primeiros dias de vida da criança” (VYGOTSKY, 1984, p.34).

Vygotsky identifica dois níveis no processo de desenvolvimento da criança: um chamou de *nível de desenvolvimento real ou efetivo*, e outro, *nível de desenvolvimento potencial*. O nível de desenvolvimento real, refere-se às atividades que a criança consegue realizar sozinha, sem ajuda do outro. Do ponto de vista tradicional, costuma-se avaliar a criança somente neste nível, na sua atividade

independente, sem a mediação do outro. Enquanto o nível de desenvolvimento potencial refere-se às atividades ainda não conquistadas pela criança, ou seja, atividades que consegue fazer mediante a ajuda de outras pessoas.

A distância entre aquilo que a criança é capaz de realizar sozinha e aquilo que realiza em colaboração com os outros configura aquilo que Vygotsky chamou de zona de desenvolvimento potencial ou proximal. Nessa perspectiva, a aprendizagem é responsável por criar a Zona de desenvolvimento proximal. E o papel do educador está em colaborar na zona de desenvolvimento proximal das crianças para promover avanços na aprendizagem. “Aquilo que é a zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã – ou seja, aquilo que uma criança consegue fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã”. (VYGOTSKY, 1984, p.98)

Como vimos, as relações entre aprendizagem e desenvolvimento ocupam lugar de destaque na obra do psicólogo soviético, para ele, a aprendizagem e desenvolvimento são processos distintos, mas ressalta que a aprendizagem precede o desenvolvimento, possibilita o desenvolvimento.

(...) a aprendizagem não é em si mesma desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem a aprendizagem. Por isso a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não naturais, mas formadas historicamente. (VYGOTSKY, 1984,p.40)

Dessa forma, aquilo que é inato não é suficiente para produzir o humano. Um exemplo dessa afirmação é a fala da criança.

A criança só aprenderá a falar se pertencer a uma comunidade de falantes, ou seja, as condições orgânicas (possuir o aparelho fonador), embora necessárias, não são suficientes para que o indivíduo adquira a linguagem. (REGO, 1995, p.71).

Vygotsky opõe-se às teorias que colocam o processo de ensino e aprendizagem de forma independente, enfatizando os fatores biológicos como determinantes para aprendizagem, como se a criança primeiro tivesse que amadurecer para depois aprender.

Em resumo, pode-se dizer que, segundo a teoria vygotskiana a aprendizagem precede o desenvolvimento, sendo que na relação entre desenvolvimento e aprendizagem existe uma dependência recíproca, marcadamente complexa e dinâmica.

O desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade de forma geral se dá sob determinados aspectos e/ou condições bem específicos, tais como os econômicos, os sociais, os culturais, os políticos, entre outros. Há de se considerar, no entanto, um aspecto bem particular de cada indivíduo e nem por isso, menos relevante, que são os aspectos psicológicos e comportamentais.

Em um processo, seja ele qual for, configuram-se necessariamente várias fases dentro de um todo; vários mosaicos que completam uma única imagem, como por exemplo: um plano de metas a ser alcançado num determinado tempo, ou ainda um conjunto de atividades a ser desenvolvido sob determinadas circunstâncias. O crescimento de cada pessoa não poderia ser diferente e, por isso, é entendido como processo em que se contempla um todo formado por partes diferentes, mas integradas em que se evidenciam fatores menos ou mais importantes que contribuem para a formação do humano e porque não dizer: da criança.

Biologicamente existem fatores hereditários como as capacidades psicológicas que fornecem dados informativos e influenciadores, mas que só podem ganhar e dá sentido dentro de um contexto, a saber: o meio externo.

Afirmar que o crescimento humano é um processo e que ele se desenvolve no meio, isto é, com a interação de inúmeras partes, é também afirmar que necessariamente a natureza humana é social; ou seja, que nenhuma pessoa, por mais individual ou introspectiva que ela seja, se desenvolve sozinha, mas interagindo com o meio, que por sua vez é composto da complexidade de objetos concretos, realidade temporal e de pessoas.

1.2. A relação entre aprendizagem e desenvolvimento sob a ótica docente

Na Grécia antiga (até 476 A.C) era prática comum, principalmente em Esparta, jogar do alto de rochedos toda e qualquer criança que tivesse qualquer deficiência, pois os esparciatas recebiam uma educação militar e aprendiam as artes da guerra e desporto, sendo mandados para o exército aos sete anos de idade, efetivando-se assim uma estética e até uma moral do corpo. Nota-se que em

Esparta a educação física era a base educacional e o padrão/modelo de cidadão exigido e tinha como motivo primeiro o corpo saudável e perfeito, em que não era aceitável pessoas com deficiência sendo vistas pela sociedade grega.

Nos primórdios do século VI, na parte oriental do Império Romano – Bizantino ou Bizâncio – o imperador Justiniano encomendou uma revisão das leis romanas a partir do Edito Perpétuo, promulgado por Adriano em 121, procurando conciliá-las com a doutrina cristã; até então, religião oficial do Império. Essas codificações ficaram conhecidas como código Justiniano. Assim como os gregos, os romanos consideravam os deficientes privados de toda possibilidade de desenvolvimento intelectual e moral. Em relação aos deficientes, o código promoveu inovações, quando começou a se fazer diferença entre os graus de surdez; contudo, o que nascia surdo não poderia ser educado, sendo comparado aos deficientes mentais, absolutamente incapazes para prática de atos da vida social.

Já na Idade Média, o corpo era associado à ideia de pecado. Neste período, os deficientes eram tidos como aberrações oriundas do castigo divino, sendo merecedores apenas de viver em lugares apropriados para eles, como asilos, conventos e albergues, a exemplo da temática abordada no filme “O corcunda de NotreDame”.

No alvorecer do século XVIII, novas ideias começaram a circular na Europa, quando do acender das primeiras luzes do Iluminismo. O conhecimento da natureza ganhou novos rumos, os métodos de pesquisa – observação e experimentação- das ciências modernas foram construídos ao longo desse período. Sendo assim, o corpo era considerado “razão e máquina”, as crenças religiosas deviam ser racionalizadas, tendo por base o pensamento Iluminista – liberdade, igualdade e fraternidade. Nesse novo contexto, a modernidade expressa seus ideais por meio de direitos e deveres dos cidadãos; contudo, as pessoas com deficiência permanecem na solidária, como pessoas incapazes de viver em sociedade, carentes de atenções, de escolas e instituições especiais.

No Brasil, inauguram-se em 1854 duas escolas residenciais para deficientes da audição e da visão, denominadas atualmente de Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional de Educação de Surdos.

A Era da Apatia (1900-1940) foi caracterizada por testes e outros instrumentos científicos de medidas para rotulações e classificação das pessoas com deficiência para determinar o grau da deficiência.

A Era da Simpatia em 1948, foi marcada pela divulgação da 1ª diretriz da nova visão, constando da Declaração Universal dos Direitos Humanos “Todo ser humano tem direito à educação”.

A Era dos Direitos e Aceitação (1958-1981) configura-se como marco inicial da Educação Especial no Brasil tendo seu espaço na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) A lei 4.024 de 1961, determinando que a educação das pessoas com deficiência deve ser incluída no Sistema Geral de Educação. Declarações e tratados mundiais passaram a defender a inclusão em larga escala. Em 1985, a Assembleia Geral das Nações Unidas lança o Programa de Ação Mundial para as pessoas deficientes que recomenda que ensino das pessoas com deficiência deve acontecer dentro do sistema escolar regular. No Brasil, a Constituição de 1988, garante no Artigo 208, inciso III: “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência na rede regular de ensino”.

Em junho de 1994, dirigentes de mais de oitenta países se reúnem na Espanha e assinam a Declaração de Salamanca. Ela proclama as escolas regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combate à discriminação. A década de 90 é marcada por grandes avanços na área da Educação Especial, que passa a fazer parte integrante do sistema educativo e possui um regulamento próprio: a Política Nacional de Educação Especial, pautada no Plano Decenal de Educação para Todos.

A lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº. 9.394/96 se ajusta à legislação Federal e aponta que a educação dos portadores de necessidades especiais deve dar-se preferencialmente na rede regular de ensino, e ainda prevê, no seu Art.4, inciso 3, o atendimento educacional especializado gratuito aos educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. A LDB representou um verdadeiro marco para a pessoa com deficiência, visto que, não apenas regulava a inclusão dessas pessoas na escola, como também previa um desenvolvimento cognitivo e uma progressão curricular.

Como visto no sintético percurso histórico, as relações de sociabilidade não são simples porque envolvem marcadores circunstanciais de conquistas, marcadores legais de continuidade e modos complexos de socialização; este último, a saber: espanto, conflito, cooperação e valoração. O espanto acontece porque o novo é inevitável na sociedade, é o estranho que se apresenta ao indivíduo; já o

conflito existe porque sempre há tensão entre o velho e o novo; por isso é necessário a cooperação, porque coletivamente só se cria cooperando, para que então se dê valor aos sentidos criados, a valoração. Por isso, Cunha ainda afirma sobre o processo de socialização:

(...) desde o nosso nascimento ingressamos nos chamados processos de socialização, quando vamos aprendendo valores, papéis e a identidade pessoal que iremos afirmar diante dos outros. A função desses processos de socialização é, por tanto, inserir os novos indivíduos nas redes de relações de sociabilidade (...).(CUNHA, 1992, p.123-24)

Os processos de socialização são complexos, mas inevitáveis e necessários para o desenvolvimento da criança. A psicologia, na corrente interacionista, afirma essa relação recíproca entre indivíduo e meio. Para ela, o desenvolvimento não dá de forma isolada, dependendo apenas de fatores genéticos. O desenvolvimento se baseia na relação recíproca entre indivíduo e meio durante toda a vida e não apenas num único momento. Dentro dessa perspectiva, não se pode pensar numa essência do homem, ou seja, não há uma forma humana única de sentir, pensar e agir; porque o que existe é uma construção do homem em sua permanente adaptação com o meio. A criança modifica o meio e ao mesmo tempo é modificada por ele. Ao constituir seu meio, atribuindo-lhe significado a cada momento determinado, a criança também é constituída pelo próprio meio. São as formas culturais surgindo e transformando as maneiras de expressão, sentimentos, pensamentos ação.

Pelas operações da abstração, presente na mente de cada criança, mesmo que em diferentes níveis ou formas, se faz cultura e se cria um mundo; isto é, a aprendizagem implica em desenvolvimento.

Segundo Vygotsky, a aprendizagem pode estar para um nível de desenvolvimento muito relevante, para além da linguagem, através da construção dos conceitos, na formulação de um sujeito atuante. Para ele, pelas operações da mente se constroem os conceitos e o significado das coisas, que podem se modificar em função do desenvolvimento. (VYGOTSKY,p.25).

A criança, portanto, necessita de um intermediador para interagir com o meio social. Por isso, a importância de uma escola que ofereça os instrumentos necessários que permitam que essa interação haja; além de educadores intermediadores entre indivíduo/aprendizagem e desenvolvimento. Assim, é

fundamental a importância de uma escola, que forneça todas as condições instrumentais para que haja uma verdadeira interação sócio cultural; não deixando de pensar também no educador como intermediador do processo seja um construtor na medida em que permita a contextualização entre teoria e vida social.

Pelo interacionismo de Vygotsky ninguém aprende sozinho. O desenvolvimento é um processo histórico cultural, em que a criança está inserida, e mais do que isso, participa efetivamente do processo. É uma criança que não apenas recebe conteúdos e/ou informações, mas sobretudo, aprende, percebe e transforma, carregando de sentido sua própria existência. A educação, portanto, não precede o indivíduo, mas apenas contorna-o no desenvolvimento.

O pensamento Vygotskiano é um pensamento formado na vida social, na medida em que os modos de organização são modificados pelo contexto social. A aprendizagem move o desenvolvimento, na mesma proporção que o desenvolvimento move a aprendizagem.

No próximo capítulo será buscado compreender melhor a existência, sentido, percepção, sujeito e objeto da pessoa com deficiência, tratar o corpo como objeto fenomenológico, para então, analisar com mais propriedades a corporeidade da pessoa com deficiência acerca do próprio corpo, relacionando com os processos educativos, que neste trabalho dão enfoque às possibilidades artísticas do teatro, para o avanço no cotidiano escolar.

CAPÍTULO II

2.1 O CORPO COMO OBJETO FENOMENOLÓGICO

Com a finalidade de se compreender melhor a existência, sentido, percepção, sujeito e objeto da pessoa com deficiência, será abordado o corpo como objeto fenomenológico, afim de compreender com mais propriedades a corporeidade da pessoa com deficiência acerca do próprio corpo.

Hussel reuniu os dois principais significados da palavra fenômeno que tem por finalidade descrever a experiência vivida tal como ela é. De Kant, Hussel conserva a afirmação de que não conhecemos uma realidade em si, mas a realidade tal como aparece ao ser estruturado e organizado a priori pela razão; de Hegel, Hussel conserva a afirmação de que a fenomenologia é a descrição do que aparece à consciência e a descrição do aparecer da consciência a si mesma (PONTY, 1994).

Para Hussel, a descrição fenomenológica exige a ação da “epochê suspender o juízo sobre alguma coisa de que não se tem certeza”. A epochê fenomenológica consiste em “colocar entre parênteses nossa crença na existência da realidade exterior e descrever as atividades da consciência ou da razão como um poder, a priori, de constituição da própria realidade” (LUIJPEN, 1973, p. 23).

Neste sentido, o mundo ou a realidade representa um conjunto de significações ou de sentidos que são produzidos pela consciência ou pela razão. A razão é dotada de sentido enquanto sistema de significações. Estas significações tornam-se o conteúdo que a própria a razão oferece a se mesma para doar sentido e este é a única realidade existente para a razão.

Todo ser humano possui a capacidade de sentir e, conseqüentemente, de conhecer os sentidos, que são as formas e totalidades daquilo que está posto ao seu redor ou as suas mãos. E quando se conhece algo, um objeto qualquer, efetiva-se substancialmente uma relação sujeito corporal e de significação no contato, e tudo passa a ter então uma vivência corporal onde o que é percebido passa a ter sentido e lhe é atribuído significado à vida.

Através da relação sujeito-objeto se propicia experiência e torna-se uma conexão direta com o mundo exterior, sendo formada uma espécie de mosaico estruturado, composto de partes não isoladas, mas dotadas de sentido. Quando, por

exemplo, se vê uma paisagem se produz uma leitura visual do objeto, com a finalidade de resgatar as sensações imbuídas na imagem criada pelo artista; em seguida, se particulariza o sentimento quando o admirador procura abstrair o sentido individual da pintura.

Na verdade, a percepção é uma relação do sujeito com o mundo, em que há uma relação físico-fisiológica, porque o mundo é percebido de forma qualitativa e significativa. Mas, para que haja percepção se faz necessária a relação das coisas com o nosso corpo, porque o nosso corpo não atua sozinho, se define no social. O indivíduo começa a perceber que existe e que atua no meio externo, primeiro, através do seu, visto que independentemente como ele seja, o corpo é o primeiro que é visto. É como se os sentidos falassem para o próprio corpo que ele existe porque interage com os outros e com as coisas à sua volta.

O homem não possui um corpo natural apenas, mas também um corpo cultural e um corpo social. Meu corpo cultural é a facticidade que fica em minha existência como resultado de minhas ações pessoais. Meu corpo social é a facticidade que, no ser com os outros e por eles, se deposita em minha existência. (LUIJPEN, 1973, p. 268).

O trabalho artístico da pessoa com deficiência é perceber, através de sua vivência corporal na arte, o mundo a sua volta, com a finalidade de recriar e criar formas que possibilitem a amplitude de conhecimento e de suas potencialidades mediante a interação com o outro, e tudo isso, da forma mais natural que existe:

O mundo percebido é um mundo intercorporal; isto é, as relações se estabelecem entre nosso corpo, o corpo dos outros sujeitos e o objeto, de modo que a percepção é uma forma de comunicação corporal que estabelecemos com os outros e com as coisas; (CHAUI, 2003, p. 135).

A percepção através da apuração fina dos sentidos, permite que as pessoas com deficiência entrem em contato com o meio externo, identificando o mundo que lhes é apresentado, numa relação sujeito e objeto, a exemplo: um cego que é um exímio tocador, expressa em notas musicais o mundo contido em seus dedos.

A percepção depende das coisas e de nosso corpo, depende do mundo e de nossos sentidos, depende do exterior e do interior...trata de uma relação complexa entre o corpo-sujeito e os corpos-objetos num campo de significações visuais, táteis, olfativas, sonoras, motrizes, espaciais, temporais e lingüísticas. A percepção é uma

conduta vital, uma comunicação corporal com o mundo, uma interpretação das coisas e uma valorização delas (belas, feias, agradáveis, desagradáveis, fáceis, difíceis, úteis, inúteis, desejadas, indesejadas, prazerosas, dolorosas, etc.), com base na estrutura de relação entre nosso corpo e o mundo; (CHAUÍ, 2003, p. 135).

O ser no mundo com o corpo é estar engajado, atado, aberto a este mundo. O filósofo Merleau-Ponty, modifica várias ideias de Husserl. Para Merleau-Ponty a nova ontologia parte da afirmação de que estamos no mundo e de que o mundo é mais velho do que nós (isto é, não esperou o sujeito do conhecimento para existir). Somos capazes de dar sentido ao mundo, conhecê-lo e transformá-lo, sendo uma consciência encarnada num corpo, habitado e animado por outra consciência

A noção de corpo na filosofia de Merleau-Ponty trabalha a possibilidade de compreensão dos gestos e das palavras, constituindo o caráter corpóreo da significação, cuja apreensão está na reciprocidade de comportamentos *vividos* na dimensão social. Ponty, observa uma imanência do sentido na palavra, apontando que a compreensão da linguagem remonta à análise de seu movimento expressivo originário: o gesto que propõe a tomada de mundo na articulação do ser social.

O corpo como objeto fenomenológico traz em si a representação do corpo mais que presente, traz a expressão da intencionalidade, da motricidade, da sexualidade e da comunicação com o mundo à sua volta. Dessa forma, a percepção como pedra fenomenológica, é a porta que se abre para a consciência do inconsciente, em que sujeito e objeto estão interligados.

Para a pessoa com deficiência, o seu corpo é o primeiro dado da visibilidade entre outras pessoas. É o objeto vivo que pode ser tocado e tocante ao mesmo tempo.

Evidencia-se então, que como objeto fenomenológico, o corpo da pessoa com deficiência já tem propriedades de significação em si mesmo, e sob o apoio de atividade e estímulos corretos, pode ser a base de construção sólida para a afirmação da própria pessoa que lhe tem. Assim, a importância da obra de arte para a pessoa com deficiência, está na percepção daquilo que antes era apenas visto, mas nunca sentido: o corpo da pessoa com deficiência fala, e fala da pessoa em si, do mundo à volta e da interpretação tirada. Isso denota que o discurso fenomenológico apresenta o corpo, as sensações, percepções e leituras das formas, estruturas e totalidades da significação.

Quando uma pessoa com deficiência resolve fazer arte, como por exemplo: participar de uma peça teatral, a primeira mensagem que ela mostra é a de que seu corpo está vivo, fala e que precisa ser notado; significando dizer, que já por essa característica, a arte como disciplina regular já seria justificada. Mas, além do que já foi falado, arte também representa uma progressão cognitiva, uma socialização de atos e intensões e uma concretude do possível.

Se for feita uma reconstituição histórica, desde a antiguidade aos dias atuais, será observado que a arte é o resultado intelectual da história do homem e da mulher. A produção material e intelectual representada nos utensílios domésticos, nas vestimentas, nas construções linguísticas, nas esculturas, na música, na dança, etc.

A arte apresenta-se como produção, trabalho, construção. Nesse mesmo contexto a arte é representação do mundo cultural com significado, imaginação; é interpretação, é conhecimento do mundo; é, também, expressão dos sentimentos, da energia interna, da efusão que se expressa, que se manifesta, que se simboliza. A arte é movimento na dialética da relação homem-mundo. (FUSARI; FERRAZ, 1999, p. 19).

A arte perante o ser-histórico é uma das mais inquietantes e eloquentes produções do homem, uma vez que não é qualquer tipo de produção, mas uma utilização de técnica para o fazer como representação do real; assim, toma-se mais um ganho da arte para a pessoa com deficiência: a de produzir além do ato de existir. É como se uma criança com uma quase tetraplegia, ao se sentir contado pela história, soubesse que ele faz parte da própria história, por ele mesmo fazer a representação de uma história. Em outras palavras, a arte constrói e inclui, e dessa forma, ela deve ser vista e compreendida como um diário histórico de cada ser humano, pois ela retrata os mitos, as crenças, os ideais, as tristezas, as alegrias, as proezas e conquistas da humanidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos publicada em 1948, no seu artigo 27, declara que:

A arte, a ciência e a cultura não são reservados a uns poucos. Todo mundo deve poder desfrutar delas. As descobertas científicas devem servir a todos. Um sábio, um artista, ou um escritor deverão ser felicitados e pagos por sua contribuição e ninguém tem o direito a tomar para si a invenção do outro (BRASIL, 2004).

Este fazer artístico tem permitido a vivência da arte respeitando as peculiaridades de cada pessoa, seja no campo de atuação das artes visuais, da dança, da poesia, da música, do teatro. O importante tem sido permitir que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de experimentar as várias modalidades artísticas.

Neste sentido, ao mesmo tempo em que a pessoa com deficiência cria, inova, descobre, amplia e apresenta suas produções artísticas, se desloca dos bastidores para o palco da vida. Tendo liberdade de expressão, ao se afirmar como ser cidadão no momento de desfrutar da arte, as pessoas com deficiências ao se inserirem na comunidade artística, não vivem mais nas sombras da sociedade. Fazem no cotidiano artístico suas autobiografias.

A arte da pessoa com deficiência contribui para o aprimoramento do patrimônio histórico cultural do país, resgatando acervos musicais, peças teatrais, muitas vezes esquecidas pela comunidade, impulsionando o crescimento do turismo, com exposição de pinturas em telas, esculturas, danças folclóricas e regionais, etc.

Tais artistas, geralmente permanecem no anonimato. Não são conhecidos na mídia (SASSAKI,1981) e conseqüentemente só têm suas atividades artísticas reconhecidas apenas na família. Eles são os chamados 'protagonistas anônimos', embora atuem na história e façam parte da construção social, cultural e intelectual do país, além de ampliarem as fronteiras da nação, como nos revelam os estudos baseados na compreensão da micro-história.

A micro-história se direciona, portanto, quer nos estudos de comunidades, de situações-limite ou de personagens *populares*, para aquilo que está na sombra da história. À sombra do panteão das histórias nacionais ou oficiais. À sombra das mitologias, ideologias e religiões. (VAINFAS, 2002, p. 142).

Neste sentido, se evidencia no micro espaço o direito à liberdade, à luta contra a discriminação. Em função da pressão social, surgem as diferentes políticas públicas de Estado como fruto de um construto social e respeito à diversidade, objetivando criar instrumentos legais que asseguram direitos sociais. Direitos esses, que com certeza englobam também a cidadania planetária artística e cultural.

A fim de assegurar tais direitos, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela Unesco, em Salamanca (Espanha), em julho de 1994, e teve a atenção voltada para a educação aos alunos com necessidades educacionais especiais, tendo como metas a serem implantadas em cada nação participante:

Promover e facilitar a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência, no planejamento e no processo de tomada de decisões, para atender alunos e alunas com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2004)

Fica evidente que a intenção alicerçada na Declaração de Salamanca, já considerava os princípios da educação que respeita as relações de gênero, posto que emprega o termo *alunos e alunas*, e incentiva a participação política através de organizações de pessoas com deficiência, oferecendo margem de poder para organizações voltadas para o desenvolvimento artístico. Como também na Convenção da Guatemala realizada em 1999, intitulada Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as pessoas com deficiência.

Para os efeitos daquela convenção, o termo *discriminação contra as pessoas com deficiência*:

Significa toda a diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência [...] que tenham efeito e propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais. (BRASIL, 2004,p.34)

De acordo com a Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência prevista na Constituição de 1988, tendo em vista o disposto na Lei nº. 7.853/89 alterada pelo Decreto 3.298/99 foram adotados os seguintes princípios:

I – Desenvolvimento de ações conjuntas do Estado e da Sociedade Civil de modo a assegurar a plena integração da pessoa portadora de deficiência no contexto socioeconômico e cultural.

II – Estabelecimento de mecanismos e instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos que decorrentes da Constituição e das leis, propiciam o seu bem-estar pessoal, social e econômico.

III – Respeito às pessoas portadoras de deficiência que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados sem privilégios ou paternalismos.

No intuito de somar forças com as leis construídas nas Convenções e Políticas de Estado, os sistemas educacionais propiciaram transformações para efetivarem os direitos às liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, reagindo com a implantação curricular dos PCN's, que declara: "O fazer artístico, como desenvolvimento de potencialidades: percepção, intuição, reflexão, investigação, sensibilidade, imaginação, curiosidade e flexibilidade." (BRASIL, 2001, p.37).

É relevante dizer que ainda existem muitos obstáculos a serem superados, como a discriminação por parte de alguns professores e professoras, familiares e de certa forma, da própria comunidade local que geralmente não acredita no potencial artístico das pessoas com deficiência.

Nas escolas regulares, ambientes de trabalhos, existem também desrespeitos com a capacidade intelectual das pessoas com deficiência. Entretanto, se faz necessário valorizar o que já tem sido feito, para não desistirmos da inclusão social através das artes das pessoas com deficiências. A arte representa a âncora que tais pessoas precisavam para se afirmarem coletivamente e declararem à sociedade que eles possuem potencialidades específicas.

Será trabalhado no próximo capítulo, o dinamismo que o teor artístico pode oferecer em todo o seu potencial, para o desenvolvimento de habilidades, de avanços para crianças com deficiência e em especial para o aluno Hugo, que participou de encenação de teatro e apresentou expressões de sentimentos e conhecimentos, que não se desenvolveram da mesma forma em práticas educacionais mais tradicionais.

CAPÍTULO III

1. REFLETINDO A INCLUSÃO ATRAVÉS DA PERFORMANCE TEATRAL

A condição de expressar-se, desde os primórdios, sempre foi mais do que uma performance, pois faz parte do gênero humano a condição de se socializar com os seus idênticos, fazendo-se necessários para isso, a linguagem através das suas diversas formas. Assim, a humanidade sempre sentiu a necessidade de expressar seus sentimentos, suas ideias e suas visões de mundo. E nesse sentido, as diversas formas de manifestações se confundem, ao longo do tempo, com as diferentes formas de arte.

A arte acompanha a história da humanidade e, por isso mesmo, esteve presente nos grandes períodos do desenvolvimento humano; isto é, em todas as épocas da história do mundo. A arte surgiu desde os tempos mais remotos, onde homens faziam suas representações gráficas nas cavernas, para comunicar suas formas de vida, suas organizações e suas origens. E, em cada momento da história, a arte era praticada de uma forma muito peculiar de cada povo, pois ela possibilitava a reflexão do contexto social humano sobre a história e a própria cultura.

É a partir da necessidade dos homens expressarem seus pensamentos, sentimentos, desejos e aspirações que cada pessoa pode manifestar-se muito bem através da arte, pois assim como o conhecimento científico, a arte não parte do nada para o nada, mas segue uma linha lógica de direcionamento de raciocínio, que acaba por acrescentar algo ao que já é existente; ou seja, a expressão artística é carregada de sentido novo, fazendo-se cultura e dando novos significados a muitos significados já consagrados. Nesse sentido, a educação pode se valer dos benefícios da manifestação artística para promover o desenvolvimento cognitivo, emocional, psíquico e até funcional das crianças e adolescentes nos seus períodos de crescimento. A partir dos Parâmetros Curriculares (2001), a educação começou a abordar o ser humano como aquele que tenta entender o seu lugar no universo, tentando assim encontrar o sentido da vida e compreender os fenômenos naturais.

De acordo com Neves e Santiago (2009) numerosos são os autores que se dedicaram ou que se dedicam à pesquisa de registros históricos e que procuram registrar a importância e os efeitos da prática do teatro sob diversas óticas (cognitiva, pedagógica, sociológica, biológica, entre outras).

Na maioria das escolas brasileiras, principalmente na rede pública de ensino, é oferecida nas grades curriculares, geralmente, apenas uma aula semanal e seus conteúdos estão majoritariamente focados nas atividades vinculadas às artes plásticas.

No Brasil, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e em seu Art. 42. Adverte com relação ao direito à cultura, ao esporte, ao turismo para a pessoa com deficiência e aponta que:

A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I - a bens culturais em formato acessível;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

§ 1o É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

Percebe-se desta maneira que, o potencial criativo e inspirador dos processos artísticos são bens culturais inestimáveis e que todos os cidadãos têm direito ao acesso e com isso, a pessoa com deficiência deve ter medidas específicas que possibilitem e contribuam para o acesso e permanência nos espaços artísticos.

Entre as artes, o teatro é, por excelência, a que exige a presença de forma completa: o corpo, a fala, o raciocínio e a emoção. O teatro tem como fundamento a experiência de vida; ideias, conhecimentos e sentimentos (os aspectos cognitivos e subjetivos). Sua ação consiste na ordenação desses conteúdos individuais e grupais e seu ensino ou exercício se faz através da encenação, da contemplação e da vivência dos jogos teatrais. Encontra-se em muitos autores a exploração acerca da gênese da atividade teatral na natureza humana como apontam Neves e Santiago (2009).

3.1 Processos de inclusão da pessoa com deficiência na contemporaneidade

Socialmente em nossa contemporaneidade, pode ser constatado que, apesar do tema de inclusão proposto ser muito polêmico, o mesmo é aceito nas discussões contemporâneas, pois trata de um assunto que está sendo evidenciado na mídia.

Apesar da manchete televisiva atual voltada para informar e alertar o telespectador sobre as capacidades físicas, sociais e emocionais das pessoas com deficiência, fica em evidência que, a luta dos grupos pró-inclusão social, a priori, tem contribuído de forma significativa para desmistificar os mitos e preconceitos existentes na sociedade brasileira,

Nota-se que, ao longo da história e durante a pesquisa, que a sociedade de forma geral, ainda não absorveu as informações com o intuito de realmente pô-las em prática. Percebe-se que as informações sobre as pessoas com deficiência são recebidas apenas para um ligeiro impacto que produzem meras emoções efêmeras ou sentimentos de piedade. De certa forma, existe a aparência que muito se discute e pouco se faz.

Ao ser percebido como as pessoas com deficiência são tratadas ao subirem nos ônibus altos, com cadeiras desapropriadas para suas acomodações; ao constataremos as dificuldades e obstáculos impostos pelas irregularidades das calçadas nas vias públicas e pelas edificações mórbidas das nossas cidades, nos perguntamos se somos egoístas ou meramente hipócritas?

Vários questionamentos vem à tona, principalmente se às autoridades públicas dão o devido destaque, participação e prestígio, quando eventos importantes acontecem na cidade, tendo como exemplos, a apresentação do grupo Margarida da Mota Rocha no teatro SESC Centro, bem como, a apresentação do grupo de dança PRODART, promovido pelo 30º Festival de Inverno de Campina Grande (2006), com aproximadamente 25 pessoas na plateia, em sua maioria familiares.

Apesar das dificuldades de acesso ao local em relação às vias públicas, o belíssimo espetáculo aconteceu. Entretanto, em meio a reflexões após os eventos desprestigiados pelas autoridades, os artistas com deficiência acreditavam que, no ano posterior, atual 2007, a situação seria outra. Para surpresa da comunidade campinense comprometida com a inclusão da pessoa com deficiência, o grupo

Margarida da Mota Rocha foi excluído. A coordenadora de arte da APAE Iraquitânia Alves Bezerra, notificou que recebeu, por parte da organização do evento em questão, a informação de que haveria uma descaracterização no perfil de grupo esperado, por ser o mesmo a nível nacional, destacando apenas artistas renomados de diversos lugares do país. É possível perceber uma disparidade entre leis e cumprimentos.

O estatuto da pessoa com deficiência (Senador Paulo Paim, 2006) assegura o incentivo ao desenvolvimento de atividades artísticas e culturais das pessoas com deficiência, no entanto o fato citado demonstra uma visível exclusão. Até que ponto pode-se dizer que o objetivo do festival é estimular a cultura da população a partir do apoio de grupos culturais e artísticos locais, se existem exclusões de artistas com deficiência?

Mesmo diante desse panorama, pode-se perceber que existe uma inquietação por parte de alguns professores e professoras, psicólogas e psicólogos, assistentes sociais e demais profissionais comprometidos com a inclusão social e educação especial. Eles/elas se sentem, apesar de toda a discussão, despreparados (as) diante dos obstáculos a vencer. De certa forma, isto se dá pelo fato das instituições artísticas, culturais e educacionais não possuírem ainda condições de infra-estruturais adequadas, e materiais pedagógicos direcionados especificamente às deficiências particulares de cada pessoa com deficiência.

Talvez, se os/as professores/professoras não fossem obrigados/as a redobram a carga horária por dia, por motivos financeiros, eles/elas teriam condições de buscar cursos de aperfeiçoamentos. E se tivessem mais recursos financeiros, capacitação, talvez os/as professores/professoras possuíssem materiais mais adequados e posturas propícias para com as pessoas com deficiência.

Se houvesse uma assistência à família da pessoa com deficiência nas escolas, bem como profissionais especializados nas áreas das respectivas deficiências como professor/professora de Braille para crianças cegas, professor/professora de Libras para crianças surdas, em municípios por mais pobres que fossem, teríamos já um bom crescimento do movimento pró Inclusão Social.

Segundo Fusari e Ferraz (2007), compreende-se desta forma que a arte se caracteriza como uma das mais abertas vias para a perspectiva da inclusão da pessoa com deficiência, visto que é a capacidade ou atividade humana da criação plástica, da formação ou transmissão de cultura, ou da composição musical. Ela

permite, através da percepção, a possibilidade de cada indivíduo perceber ou conhecer o mundo à sua volta.

3.2 Estudo de caso

3.2.1 Metodologia adotada

A metodologia escolhida para este trabalho, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com enfoque numa abordagem descritiva e analítica, para qual foi necessário a utilização de fontes bibliográficas e à pesquisa empírica. A abordagem qualitativa possibilitou interpretar os fatos que fazem parte da dinâmica do ambiente estudado, traduzindo as percepções dos atores envolvidos no contexto analisado.

Desta maneira, pode-se recorrer às definições de Pfaff e Weller (2010) afirmam que a pesquisa qualitativa dá uma atenção especial ao mundo do sujeito e aos significados por ele atribuídos às suas experiências cotidianas, às interações sociais, que possibilitam compreender e interpretar a realidade, aos conhecimentos tácitos e às práticas cotidianas, que formam as condutas dos atores sociais. Para esses autores, a abordagem qualitativa defende uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas.

A pesquisa aqui apresentada adota uma perspectiva de análise crítica, que leva o sujeito-pesquisador a construir o objeto de pesquisa, impondo o desafio constante de redefini-lo, inserindo-se no contraditório processo da vida social em que formas de dominação e posturas de recusa e resistências entrecruzam-se e confrontam-se. Trata-se de uma pesquisa com características próprias da pesquisa-ação, associada ao estudo de caso. Tem um caráter propositivo, isto é, a produção de informações e conhecimentos de uso efetivo, inclusive no nível pedagógico (THIOLLENT, 2004).

O trabalho desenvolvido nesta investigação assumiu as características de um estudo de caso, tal como é descrito por Bogdan e Biklen (1994) e Ludke e André (1986).

De acordo com Fortin (2003, p. 164), “o estudo de caso consiste numa investigação aprofundada de um indivíduo, de uma família, de um grupo”. Para este há algumas vantagens no que diz respeito ao estudo de caso, que é a informação

detalhada que se obtém e o fato de se poder extrair idéias e ligações entre variáveis e verificar as hipóteses. Todavia, tem como limitações a transferência de resultados a outras populações ou situações, a dificuldade em comparar dados e estes poderem ser incompletos.

Esta pesquisa foi desenvolvida com os alunos da Escola Municipal Ageu Genuíno da Silva, que em sua história, o homenageado nascido em 03 de Agosto de 1948, natural de Alagoa Nova-PB, funcionário da Prefeitura Municipal de Campina Grande, lotado na Secretaria de Administração com matrícula 12.353.

Na época, o homenageado prestava serviço como vigilante no Grupo Escolar Marechal Cândido Rondon, quando veio a falecer, no dia 07 de Julho de 1988. Líder comunitário, presidente da Associação de Moradores da Ramadinha I, pessoa de destaque no bairro supracitado. A escola foi inaugurada em Setembro de 1988, na administração do então prefeito Ronaldo Cunha Lima e localizada na Rua Arquelau da Costa Guimarães, s/n, Ramadinha I, aproximadamente 6 Km do centro da cidade, na região Oeste da mesma.

Atualmente, a escola conta com as seguintes instalações: 4 salas de aula; 1 sala de leitura; 1 laboratório de informática, 1 pátio coberto; 1 quadra descoberta; 5 sanitários masculinos; 4 sanitários femininos; 1 sanitário para funcionários; 1 sanitário adaptado, 1 secretaria; 1 sala para professores; 1 cozinha; 1 depósito para alimentos; 1 depósito para materiais em geral; e 1 área livre para recreação. A sala de leitura dispõe de livros de literatura infantil e juvenil, literatura de cordel, jogos educativos, fantoches, revistas de histórias em quadrinhos, etc.

3.3 A Peça, o ato e seus efeitos

A partir de algumas intervenções e acompanhamentos na Escola Ageu Genuíno da Silva e em especial aos alunos que apresentam alguma deficiência e recebem atendimento especializado na sala de recursos, a partir do contato com a realidade da escola e dos alunos entre os meses de Outubro e Novembro de 2017 e em dezembro culminando com a apresentação da peça teatral no Seminário.

A peça foi baseada na Obra de Felpo Silva, e foi encenada pelo aluno Hugo, que tem paralisia cerebral, e por Tamires que tem Retardo mental, com ajuda das

cuidadoras e da professora da sala de Recursos, Luzia Débora. O livro² conta a história de um coelho introvertido e sisudo. A autora Eva Furnari aborda a questão das diferenças. Felpo é um jovem coelho escritor que vive num mundo que é todo seu, remoendo suas mágoas da infância. Quando criança era perseguido e ridicularizado na escola pelos coleguinhas por sofrer de “orelhite”, tinha uma orelha menor que a outra. Até que sua história que poderia ser igual a de tantos outros escritores famosos como ele começa a mudar. O jovem escritor que nunca ler as cartas dos fãs, depara-se com um envelope estranho, diferente, e tudo começa a mudar. Charlot, uma de suas fãs vai de encontro a maneira como Felpo constrói seus poemas. Indignado, o coelho resolve responder a fã e começa então uma deliciosa e encantada história de amor. A troca de correspondência traz transformações na vida de Felpo. Inicia então, os encontros e o que poderia ser uma relação de críticas e ódio, passa a construir em interesse e afetos. Aos poucos a jovem fã vai fazendo com que o assediado escritor repense sua vida, sua arte, seu jeito. Uma a uma as histórias do coelho escritor vai se revelando em meio a diversidade de gêneros. Poemas, receitas, biografias, manuais, cartões postais, letra de música a história do jovem casal vai sendo tecida qual uma colcha de retalhos. Ponto a ponto um jeito diferente de olhar o mundo de construir poemas de viver a vida é traçada na vida de Felpo que mal percebe a mudança em si mesmo. Enfrentando as diferenças, a feliz história pode ser entendida como superação como aponta Conça Pimentel (2009) em sua avaliação sobre a obra.

A partir da elaboração e apresentação da peça teatral "Felpo Filva", ficou evidente a evolução dos alunos com deficiência do colégio Ageu. Desde o primeiro momento as crianças se mostraram bastante empolgadas em poderem interpretar a história do livro. Através da encenação pôde-se acompanhar os significativos avanços alcançados por eles, que vai desde o crescimento de suas habilidades cognitivas até a melhoria no seu comportamento. Teve-se a impressão de que ao unir a história de vida dos agentes teatrais com o próprio conteúdo da peça, a perspectiva vygotskiana ficou bem evidente, pois notou-se que as crianças, junto com seus fatores físicos e biológicos, interagiram e identificam-se com os agentes e objetos de suas próprias culturas, impulsionando-as assim, a se redescobrirem como sujeitos.

² Link disponível em: <http://concagestar2.blogspot.com.br/2009/12/felpe-filva-resenha.html>

A sinergia entre a peça teatral e a educação parece ter surtido efeito nas vidas daquelas crianças. Sons que por muito tempo não haviam sido realizados, a assimilação, hoje em dia já é dita com maior tranquilidade. A construção de frases ou o simples soletrar das vogais, que antes parecia ser impossível de ser falada, hoje já não mais.

A investigação revelou que os personagens da pesquisa possuem uma compreensão de corpo como um todo, constituído de movimento, sensibilidade, subjetividade, identidade, cultura e história. Investigamos a importância da Arte através da expressão corporal, musical, mapeando os diferentes artistas presentes nos eventos acontecido no município de Campina Grande-PB. Assim, pode-se identificar que a visão de Ponty se traduzia em realidade, cuja a nova ontologia parte da afirmação de que estamos no mundo e de que o mundo é mais velho do que nós (isto é, não esperou o sujeito do conhecimento para existir). Somos capazes de dar sentido ao mundo, conhecê-lo e transformá-lo, sendo uma consciência encarnada num corpo, habitado e animado por outra consciência. Vimos que essas crianças, pela peça, estavam sentindo o mundo, estavam conhecendo-os e transformando-o pelas reações e impressões corporais.

Foi verificado que, os aspectos culturais e educacionais, e qual a real participação destas pessoas com deficiência visual na construção de uma sociedade equânime e inclusiva tentando reconstruir a igualdade, o respeito e a solidariedade entre os homens e mulheres na sociedade atual. Foi mediante as manifestações artísticas, que estão intrinsecamente voltadas para expressão corporal, que estas pessoas cegas encontraram a oportunidade de exporem seus talentos musicais.

Diante de todos os fatos apresentados, acredita-se na importância e na continuidade por mais pesquisas e investigações para que se construa uma estrutura de embasamentos teóricos e práticos que permitam a realização de uma sociedade com equidade, mais justa e livre para todas as pessoas com deficiência; pois elas, apesar de possuírem limitações, têm o direito, assegurado pela Constituição Federal de 1988. E o que nos resta é construirmos *com e paralelas* o direito à: vida, arte, liberdade, igualdade, segurança, propriedade, e ao lazer, porque são, sem distinção de qualquer natureza, iguais perante a lei, considerando que são cidadãos e cidadãs brasileiros/as.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fora constatado durante a elaboração deste trabalho que a criança, portanto, necessita de um intermediador para interagir com o meio social. Por isso, a importância de uma escola que ofereça os instrumentos necessários que permitam que essa interação haja; além de educadores intermediadores entre indivíduo/aprendizagem e desenvolvimento. De um ambiente social, e aí a importância da escola, que forneça todas as condições instrumentais para que haja uma verdadeira interação sócio cultural; segundo, que o educador como intermediador do processo seja um construtor na medida em que permita a contextualização entre teoria e vida social.

Por este fato, foi utilizado os conhecimentos trazidos pelo interacionismo de Vygotsky ninguém aprende sozinho. O desenvolvimento é um processo histórico cultural, em que a criança está inserida, e mais do que isso, participa efetivamente do processo. É uma criança que não apenas recebe conteúdos e/ou informações, mas sobretudo, aprende, percebe e transforma, carregando de sentido sua própria existência. A educação portanto, não precede o indivíduo, mas apenas contorna-o no desenvolvimento.

Percebe-se que, a condição de expressar-se, desde os primórdios, sempre foi mais do que uma performance, pois faz parte do gênero humano a condição de se socializar com os seus idênticos, fazendo-se necessários para isso, a linguagem através das suas diversas formas. Assim, a humanidade sempre sentiu a necessidade de expressar seus sentimentos, suas ideias e suas visões de mundo. E nesse sentido, as diversas formas de manifestações se confundem, ao longo do tempo, com as diferentes formas de arte.

Desta maneira, a arte acompanha a história da humanidade e, por isso mesmo, esteve presente nos grandes períodos do desenvolvimento humano; isto é, em todas as idades da história do mundo. A arte surgiu desde os tempos mais remotos, onde homens faziam suas representações gráficas nas cavernas, para comunicar suas formas de vida, suas organizações e suas origens. E em cada momento da história, a arte era praticada de uma forma muito peculiar de cada povo, pois ela possibilitava a reflexão do contexto social humano sobre a história e a própria cultura.

Com isso, o trabalho artístico da pessoa com deficiência é perceber, através de sua vivência corporal na arte, o mundo a sua volta, com a finalidade de recriar e criar formas que possibilitem a amplitude de conhecimento e de suas potencialidades mediante a interação com o outro, e tudo isso, da forma mais natural que existe:

O corpo como objeto fenomenológico traz em si a representação do corpo mais que presente, traz a expressão da intencionalidade, da motricidade, da sexualidade e da comunicação com o mundo à sua volta. Dessa forma, a percepção como pedra fenomenológica, é a porta que se abre para a consciência do inconsciente, em que sujeito e objeto estão interligados.

Para a pessoa com deficiência, o seu corpo é o primeiro dado da visibilidade entre outras pessoas. É o objeto vivo que pode ser tocado e tocante ao mesmo tempo.

Evidencia-se então, que como objeto fenomenológico, o corpo da pessoa com deficiência já tem propriedades de significação em si mesmo, e sob o apoio de atividade e estímulos corretos, pode ser a base de construção sólida para a afirmação da própria pessoa que lhe tem. Assim, a importância da obra de arte para a pessoa com deficiência, está na percepção daquilo que antes era apenas visto, mas nunca sentido: o corpo da pessoa com deficiência fala, e fala da pessoa em si, do mundo à volta e da interpretação tirada. Isso denota que o discurso fenomenológico apresenta o corpo, as sensações, percepções e leituras das formas, estruturas e totalidades da significação.

Quando uma pessoa com deficiência resolve fazer arte, como por exemplo: participar de uma peça teatral, a primeira mensagem que ela mostra é a de que seu corpo está vivo, fala e que precisa ser notado; significando dizer, que já por essa característica, a arte como disciplina regular já seria justificada. Mas, além do que já foi falado, arte também representa uma progressão cognitiva, uma socialização de atos e intenções e uma concretude do possível, a arte constrói e inclui, e dessa forma, ela deve ser vista e compreendida como um diário histórico de cada ser humano, pois ela retrata os mitos, as crenças, os ideais, as tristezas, as alegrias, as proezas e conquistas da humanidade.

A arte da pessoa com deficiência contribui para o aprimoramento do patrimônio histórico cultural do país, resgatando acervos musicais, peças teatrais, muitas vezes esquecidas pela comunidade, impulsionando o crescimento do

turismo, com exposição de pinturas em telas, esculturas, danças folclóricas e regionais, etc.

Diante de todos os fatos apresentados, acredita-se na importância e na continuidade por mais pesquisas e investigações para que se construa uma estrutura de embasamentos teóricos e práticos que permitam a realização de uma sociedade com equidade, mais justa e livre para todas as pessoas com deficiência; pois elas, apesar de possuírem limitações, têm o direito, assegurado pela Constituição Federal de 1988. E o que nos resta é construirmos *com e paralelas* o direito à: vida, arte, liberdade, igualdade, segurança, propriedade, e ao lazer, porque são, sem distinção de qualquer natureza, iguais perante a lei, considerando que são cidadãos e cidadãs brasileiros/as.

A investigação revelou que os personagens da pesquisa possuem uma compreensão de corpo como um todo, constituído de movimento, sensibilidade, subjetividade, identidade, cultura e história. Investigamos a importância da Arte através da expressão corporal, musical, mapeando os diferentes artistas presentes nos eventos acontecido no município de Campina Grande-PB e em especial a peça desenvolvida e apresentada este mês.

Portanto, pode-se concluir que, a arte se caracteriza como uma das mais abertas vias para a perspectiva da inclusão da pessoa com deficiência, visto que é a capacidade ou atividade humana da criação plástica, da formação ou transmissão de cultura, ou da composição musical. Ela permite, através da percepção, a possibilidade de cada indivíduo perceber ou conhecer o mundo à sua volta.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Educação Inclusiva: direito a diversidade. A fundamentação filosófica.** Secretaria de Educação Especial, Brasília/MEC, 2004.

_____, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte 3º e 4º ciclos do ensino.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.** nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 1997.

CAPRA, Fritoj. **O Ponto da Mutação.** A Ciência, a sociedade e a cultura emergente. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia.** São Paulo: Ática, 2003.

FUSARI, Maria F. de Resende; FERRAZ, Maria Heloísa Corrêia de Toledo. **Arte: estudo e ensino.** São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular.** Petrópolis: Vozes, 1991.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

LE BRETON, David. **Adeus ao Corpo: Antropologia e Sociedade.** Tradução Marina Appenzeller. Campinas-SP: Papirus, 2003.

LEVIN, Esteban. O corpo ajuda o aluno a aprender. **Revista Nova Escola.** nº. 179, ano XX, jan. fev, 2005. p. 20-22.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Revista Educação & Realidade,** São Paulo, n. 25, jul. dez, 2000, p. 59-16.

LUIJPEN, Wilhelmus Antonius Maria. **Introdução à Fenomenologia Existencial.** São Paulo: EPU, 1973.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção.** São Paulo: Martins fontes, 1994.

MOREIRA, Wagner Wey. **Corpo presente.** São Paulo: Papirus, 1995.

NÓBREGA, Petrucia da Nóbrega. Corpo, natureza e cultura: contribuições para a educação. **Revista Brasileira de Educação,** n. 27, p. 125-137, Set-Dez, 2004.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **A educação especial e a leitura para o mundo: A mídia.** Revista Nacional de Reabilitação, ano 2, nº. 4, 1998.

_____. **Novos espaços em esporte, lazer e inclusão.** Revista Nacional de Reabilitação, ano 2, nº. 3, 1998.

SOUZA, Valquiria Alencar de; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. **Por uma educação escolar não sexista.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

ANEXO A- FOTOS DA APRESENTAÇÃO TEATRAL





ANEXO B- L13146 – Planalto

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: LIVRO I. PARTE GERAL. TÍTULO I. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO IX

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso:

I - a bens culturais em formato acessível;

II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e

III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos.

§ 1º É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual.

§ 2º O poder público deve adotar soluções destinadas à eliminação, à redução ou à superação de barreiras para a promoção do acesso a todo patrimônio cultural, observadas as normas de acessibilidade, ambientais e de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 43. O poder público deve promover a participação da pessoa com deficiência em atividades artísticas, intelectuais, culturais, esportivas e recreativas, com vistas ao seu protagonismo, devendo:

I - incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

II - assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e

III - assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 44. Nos teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares, serão reservados espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, observado o disposto em regulamento.

§ 1º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem ser distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, em todos os setores, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e obstrução das saídas, em conformidade com as normas de acessibilidade.

§ 2º No caso de não haver comprovada procura pelos assentos reservados, esses podem, excepcionalmente, ser ocupados por pessoas sem deficiência ou que não tenham mobilidade reduzida, observado o disposto em regulamento.

§ 3º Os espaços e assentos a que se refere este artigo devem situar-se em locais que garantam a acomodação de, no mínimo, 1 (um) acompanhante da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, resguardado o direito de se acomodar proximamente a grupo familiar e comunitário.

§ 4º Nos locais referidos no **caput** deste artigo, deve haver, obrigatoriamente, rotas de fuga e saídas de emergência acessíveis, conforme padrões das normas de acessibilidade, a fim de permitir a saída segura da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em caso de emergência.

§ 5º Todos os espaços das edificações previstas no **caput** deste artigo devem atender às normas de acessibilidade em vigor.

§ 6º As salas de cinema devem oferecer, em todas as sessões, recursos de acessibilidade para a pessoa com deficiência. (Vigência)

§ 7º O valor do ingresso da pessoa com deficiência não poderá ser superior ao valor cobrado das demais pessoas.

Art. 45. Os hotéis, pousadas e similares devem ser construídos observando-se os princípios do desenho universal, além de adotar todos os meios de acessibilidade, conforme legislação em vigor. (Vigência)

§ 1º Os estabelecimentos já existentes deverão disponibilizar, pelo menos, 10% (dez por cento) de seus dormitórios acessíveis, garantida, no mínimo, 1 (uma) unidade acessível.

§ 2º Os dormitórios mencionados no § 1º deste artigo deverão ser localizados em rotas acessíveis.